

Responsividade materna: revisão conceptual e fundamentos para avaliação

Tiago Ferreira (TiagoDSFerreira@gmail.com)

Isabel Abreu Lima (Isabelmpinto@fpce.up.pt)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Palavras-chave: Interação mãe/criança; Responsividade Materna; Avaliação.

Vários modelos da psicologia do desenvolvimento salientam a importância das interações imediatas da criança com o seu meio social e material (Bowlby, 1988; Bronfenbrenner, 1979; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Lerner, 1998; Sameroff & Fiese, 2000; Vygotsky, 1981). Ao colocar a ênfase no conjunto de transacções ocorridas entre o sujeito em desenvolvimento e o seu meio mais ou menos imediato, estas concepções alicerçam a necessidade de se estudar as interações da criança com o seu contexto familiar.

Na investigação têm surgido contributos significativos para uma melhor compreensão das especificidades da relação mãe/criança. Neste campo, o conceito de responsividade materna ganha cada vez mais centralidade, nomeadamente com os trabalhos de autores como Bornstein e Lamb (1992), Bornstein e Tamis-LeMonda (1997), Landry, Smith, Miller-Loncar e Swank (1997), Landry, Smith e Swank (2006). Subjacente a este constructo está a ideia de que as experiências tidas na infância com os prestadores de cuidados podem exercer sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança uma influência determinante.

Este documento tem por objectivo rever a investigação feita em torno do conceito de responsividade mãe/criança e apresentar um instrumento de observação que se propõe avaliar este conceito (Landry, Smith, Miller-Loncar & Swank, 1997; Landry, Smith, Swank & Loncar, 2000; Landry, Smith, Swank, Assel & Vellet, 2001; Landry, Smith & Swank, 2006). Assim, será feita uma problematização do conceito de responsividade, apresentando-se a concepção que serve de base ao instrumento de avaliação da responsividade materna em análise. Este instrumento avalia dimensões da responsividade materna como a “Manifestação de Afecto Positivo”, “Calor afectivo”, “Flexibilidade/Responsividade”, “Intrusão Física”, “Negatividade”, “Demonstração/ensino físico” e “Conteúdo Verbal”.

Introdução

De acordo com as perspectivas ecológicas do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Lerner, 1998; Sameroff & Fiese, 2000), factores ligados aos contextos de vida jogam um relevante papel na forma como é feito o percurso ontogénico do ser humano. Por conseguinte, importa perceber quais os ambientes mais saudáveis em termos do desenvolvimento. Segundo o modelo bioecológico “os resultados desenvolvimentais serão influenciados pelas características da pessoa, pelas características mais ou menos imediatas do contexto ambiental e pelas características temporais onde ocorrem os processos proximais” (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Tendo em conta a importância dada por Bronfenbrenner aos “processos proximais” (interacções da criança com o seu meio imediato), facilmente reconhecemos na família e parentalidade um importante papel para o desenvolvimento da criança. Maccoby (1992) considera a família como principal “arena” do processo de socialização humano. O objectivo da socialização passa pelo funcionamento adequado da pessoa em sociedade, o que implica, entre outros aspectos, evitar a adopção de comportamentos considerados desviantes, alcançar suporte económico próprio e familiar, formar e manter relações próximas com outros (Maccoby, 1992). Para Belsky, Robins e Gamble (1984) as características da parentalidade vão sendo marcantes ao longo do desenvolvimento da criança. De facto, a investigação demonstra que, mesmo antes de entrar para escola, as competências cognitivas da criança e a sua motivação são influenciadas positivamente por cuidados parentais afectivamente calorosos,

cognitivamente estimulantes, responsivos e não restritivos (Belsky, et al., 1984). Já durante o período escolar, a expressão de afecto e padrões de disciplina razoáveis e consistentes estão associados a maiores níveis de auto-estima, maior controlo internalizado e maior orientação pró-social (Belsky, et al., 1984). Em suma Belsky et al. (1984) referem que uma parentalidade sensível às características e necessidades desenvolvimentais da criança, privilegia uma série de aquisições fulcrais em termos do seu desenvolvimento: segurança emocional, autonomia, competências sociais e competências cognitivas.

Para Bradley (2002), a importância desenvolvimental da família facilmente se percebe pelas funções de regulação que ela exerce na criança:

- *Manutenção biológica* – acções cuja finalidade é assegurar a viabilidade do organismo;
- *Estimulação* – capacidade de fornecer à criança uma estimulação qualitativa e quantitativamente apropriada;
- *Suporte emocional* – capacidade para fornecer uma resposta adequada às necessidades sociais e emocionais da criança;
- *Estrutura* – acções que têm como finalidade a organização e o controle dos estímulos, no tempo e no espaço;
- *Supervisão* – tarefas de monitorização e de acompanhamento das actividades da criança, que permitem o reajuste de outras funções reguladoras, se necessário.

Este papel fundamental da família assume ainda maior relevância nos casos em que o desenvolvimento é condicionado por cenários de risco a diversos níveis (ex.: risco social ou biológico). Neste âmbito, características familiares positivas do ponto de vista do desenvolvimento da criança podem funcionar como um elemento protector e de resiliência, enquanto que famílias menos adequadas conferem ao desenvolvimento da criança em risco uma vulnerabilidade ainda mais assumida (Garbarino, 1995; Sameroff & Fiese, 2000).

A parentalidade implica a existência de uma relação diádica entre pais e criança, interacção essa que se insere numa matriz complexa de sistemas ambientais progressivamente mais amplos. Isto significa que a parentalidade deverá ser abordada não apenas em termos da interacção, mas sim de toda a complexidade ecológica que a rodeia. Factores socioeconómicos, culturais e psicológicos dos pais, as próprias características da criança e da comunidade, contribuem, entre outros, para determinar as competências dos pais no exercício de uma parentalidade adaptativa (Osofsky & Thompson, 2000).

Na mesma ordem de ideias, Belsky, Robins e Gamble (1984) falam de competência parental e propõem três grupos de variáveis envolvidas na forma como os pais desempenham a sua função: as características pessoais dos pais, as características pessoais da criança e as fontes sociais de suporte ou stress. Dunst e Trivette (1988) referem que o funcionamento familiar resulta da equação de variáveis como o suporte social, as características parentais, familiares, da criança e do ambiente num sentido mais vasto. Esta interacção de factores ecológicos resultará nas características da família que poderão ser mais ou menos adequadas às necessidades desenvolvimentais da criança.

A família ou mais especificamente os pais, funcionam como elemento mediador entre as variáveis externas (sociais, económicas, políticas, entre outras) e a criança (McLoyd, 1998). No mesmo sentido, Osofsky e Thompson (2000) referem que pais que mantêm relações positivas com os múltiplos sistemas envolvidos – directa ou indirectamente – na organização e suporte familiar, exibem estilos de parentalidade mais adaptativos do que pais que mantêm com estes sistemas relações não positivas. Sendo assim, relações positivas entre os pais e a criança e entre os pais e as suas redes de apoio (ex.: família alargada, amigos, contexto profissional, etc.) mostram-se muito importantes para uma parentalidade adaptativa. Fica a ideia de que as circunstâncias ambientais das famílias influenciam os comportamentos e atitudes parentais.

Sendo a competência parental um conceito multidimensional e multideterminado, o sistema parental não ficará definitivamente comprometido no caso de algum dos seus determinantes falhar, sejam os recursos dos pais, as características da criança ou os contextos envolventes (Belsky et al., 1984). Os recursos pessoais dos pais desempenham um importante papel na manutenção da integridade do sistema familiar, permitindo, muitas vezes, que ela (família) retome o seu equilíbrio em condições desfavoráveis. Assim, na perspectiva de Belsky e colaboradores (1984), serão mais competentes famílias em que os pais dispõem de adequados recursos pessoais, mesmo que ao nível da criança e dos contextos possam existir problemas. Por outras palavras, os pais são o lado forte da equação, podendo através de uma intervenção adequada, minorar o efeito de factores deletérios provenientes de outros contextos envolventes (Abreu-Lima, 2003).

Por conseguinte, o estudo do sistema familiar e da parentalidade propriamente dita deverá decorrer a dois níveis distintos. Um primeiro nível, se quisermos macroscópico, prende-se com o estudo das variáveis ambientais (ex.: nível sócio-económico, contexto de habitação, etc.) que constituem factores condicionantes de uma parentalidade adaptativa. E um segundo nível – microscópico – em que se analisa a interacção diádica propriamente dita entre a mãe e a criança. De facto, como já foi dito, a família é um organismo altamente permeável a factores ambientais de vária ordem, no entanto, não será menos verdade que o que está em causa em termos do desenvolvimento da criança é a forma como, no dia a dia, a mãe e o pai interagem com a criança, dando oportunidades de desenvolvimento com maior ou menor qualidade.

Em suma, os diversos modelos da psicologia do desenvolvimento salientam a importância desenvolvimental das interacções imediatas da criança com o seu meio social e material (Sameroff & Fiese, 2000; Belsky, et al., 1984; Barnard, 1997). A este nível, assume central relevância o estudo das características da interacção da criança com o seu principal prestador de cuidados – a mãe – sendo através desta relação que a criança adquire os “inputs” sensoriais e as regras de comunicação essenciais para se abrir à interacção com o mundo envolvente (Barnard, 1997).

Responsividade Mãe/Criança

A investigação tem contribuído significativamente para uma melhor compreensão das especificidades da relação mãe/criança, reconhecendo-se cada vez mais a sua importância

desenvolvimental. Nesta linha, o conceito de responsividade ganha crescente centralidade na psicologia do desenvolvimento, nomeadamente através dos trabalhos de autores como Bornstein e Lamb (1992), Bornstein e Tamis-LeMonda (1997), Landry, Smith, Miller-Loncar e Swank (1997), Wakschlag e Hans (1999), entre outros. A este constructo está subjacente a ideia de que a natureza das experiências com os cuidadores durante a infância exerce uma influência marcante no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança (Landry, Smith, Miller-Loncar & Swank, 1998; Landry, Smith, Swank, Assel & Vellet, 2001; Tamis-LeMonda, Bornstein & Baumwell, 2001).

O conceito de responsividade tem sido predominantemente abordado no quadro das teorias da vinculação. Num estudo de revisão bibliográfica, Ribas, Moura e Ribas (2003) verificam que entre 1967 e 2001, 12,59% das publicações relacionadas com o conceito de responsividade, assentavam em referenciais próximos das teorias da vinculação. Com efeito, as diferentes abordagens da vinculação salientam a importância da interacção mãe/criança no que concerne à formação de padrões de vinculação seguros. Nesta lógica, uma vinculação segura dependerá da aceitação e responsividade dos pais aos sinais da criança.

Podemos apontar duas grandes orientações da investigação no domínio da responsividade (Ribas et al., 2003):

- Uma linha de investigação etológica centrada na determinação de factores biológicos (ex.: níveis hormonais, lesões cerebrais, efeito de drogas) envolvidos no processo de responsividade;
- Uma outra desenvolvimental, na qual se valoriza – para além dos factores biológicos – o estudo dos factores ambientais envolvidos na responsividade humana. Neste domínio, os quatro grandes focos de investigação são a relação da responsividade com o desenvolvimento da criança (ex.: cognitivo, linguístico e sócio-emocional), com as suas características (ex.: temperamento, obediência), com as características maternas (ex.: ansiedade, stress, depressão, uso de drogas) e com factores de risco biológico da criança (ex.: prematuridade).

A definição de responsividade pode tomar diferentes formas. Bornstein e Tamis-LeMonda (1997) entendem a responsividade como o conjunto de comportamentos maternos contingentes, apropriados e imediatamente relacionados com os comportamentos da criança. Para Bretherton (1992) uma mãe responsiva é capaz de responder, apropriada, sensível e prontamente, aos sinais da criança. Numa perspectiva semelhante, Owens, Shaw e Vondra (1998) encaram a responsividade como a medida em que um comportamento materno é apropriado e contingente aos comportamentos da criança. Finalmente, Burchinal, Follmer e Bryant (1996) definem a responsividade de uma forma mais ampla e abrangente, incluindo também factores como a aceitação, o envolvimento, o controle, o ritmo e o ajuste do padrão de interacção da mãe à sua criança.

Globalmente, o conceito de responsividade surge definido como o comportamento materno que é apropriado e contingente (ou imediatamente relacionado) ao comportamento da criança. Podemos referir duas dimensões segundo as quais o comportamento materno responsivo é abordado do ponto de vista do desenvolvimento humano:

- *A qualidade da interacção* – considerando factores geralmente ligados ao domínio dos afectos, como o calor emocional, proximidade, intimidade, entre outros;
- *A contingência da interacção* – considerando a prontidão da resposta materna e as pistas da criança.

No conceito de responsividade surge, assim, implicada a ideia de interacção enquanto processo complexo trifásico que envolve a acção da criança, a reacção dos pais e o reflexo desta sobre a criança (Bornstein & Tamis-LeMonda, 1989; Bornstein & Lamb, 1992). Esta esquematização vai de encontro à noção transaccional de “interacção”, implicando que a responsividade seja vista como uma relação bidireccional complexa e não apenas como um comportamento materno unidireccional. Neste sentido, Martin (1989) refere que a responsividade materna deve ser considerada segundo dois pontos de vista:

- O das *características pessoais* de cada uma das partes envolvidas (sensibilidade interpessoal, previsibilidade e não-intrusão das mães; características temperamentais dos bebés);
- O das *variáveis interpessoais* (relacionadas com as sequências específicas de acções, e com as características do relacionamento).

Assim, verifica-se uma contingência das acções responsivas, não sendo viável perceber a relação mãe/criança sem ter presente que uma acção específica apenas tem significado quando analisada de acordo com o sistema interpessoal e sequência temporal em que se insere (Martin, 1989). Esta natureza contingente da responsividade faz com que a sua avaliação só possa acontecer pela análise das acções e reacções da mãe e da criança.

No que se refere ao impacto desenvolvimental da responsividade mãe/criança, a literatura revela uma tendência para lhe atribuir um importante papel ao nível da promoção da auto-regulação da criança, ou seja, sentimentos de auto-controlo e auto-eficácia, necessários para a aquisição de outras competências (Bornstein & Tamis-LeMonda, 1989). No mesmo sentido, a responsividade da mãe pode ainda fortalecer a motivação da criança, tornando-a mais capaz de persistir nos seus objectivos.

O impacto da responsividade no desenvolvimento da criança pode ser exercido de uma forma directa ou indirecta. Directamente, uma vez que a resposta contingente da mãe dá a criança a sensação de que o seu comportamento leva a modificações no ambiente (Bornstein & Tamis-LeMonda, 1997), e indirectamente, pela hipótese da segurança defendida pela teoria da vinculação. Nesta linha, crianças seguras exploram mais o ambiente o que levaria à aquisição de competências.

A investigação existente aponta pois para o impacto marcadamente positivo de um padrão materno responsivo no desenvolvimento da criança. Inversamente, é também explícita a constatação de que a exposição prolongada da criança a comportamentos maternos ríspidos e/ou pouco responsivos tem um impacto significativamente negativo no seu desenvolvimento (Bates, Pettit, Dodge & Ridge, 1998).

Uma perspectiva Abrangente da responsividade

Depois desta revisão teórica em torno do conceito de responsividade, assim como do seu impacto no desenvolvimento da criança, apresentaremos mais pormenorizadamente o contributo dado pelas

investigações de Susan Landry e seus colaboradores (1997, 2000, 2001, 2006). Landry, Smith, Miller-Loncar e Swank (1997) entendem a responsividade materna com um fenómeno complexo multidimensional que influencia a criança e o seu desenvolvimento, sendo passível de diferentes formas de análise. A responsividade materna é definida por estes autores como a medida em que a mãe responde às necessidades da criança, apresentando este processo uma natureza bidireccional que pressupõe trocas mútuas entre as duas partes. Esta concepção tem uma base multi-teórica que agora aprofundamos.

Tal como a maioria das perspectivas de responsividade apresentadas, Landry e colaboradores recorrem às teorias da vinculação como suporte teórico dos seus trabalhos, abarcando também contributos provenientes da perspectiva sócio-cultural (Landry, Smith & Swank, 2006).

Perspectiva da vinculação e responsividade

Para John Bowlby (1980) a vinculação é um tipo específico de ligação no vasto domínio das relações afectivas, que envolve figuras específicas e a atracção mútua entre elas e cujas principais características são a persistência temporal, o significado emocional, o desejo pela proximidade e a perturbação face à separação. Na vinculação com a mãe reside a génese do desenvolvimento sócio-emocional da criança, sendo a partir desta relação que o bebé vai aprender a gerir e a regular os seus estados emocionais, moldando a forma de compreender e actuar perante situações de interacção social – adquirindo os modelos internos de vinculação (Bowlby, 1988). Assim, o desenvolvimento de mecanismos de regulação emocional tem início em acções inscritas na relação mãe/criança para, progressivamente, se vão tornar uma capacidade individual da criança – num percurso que vai da hétero para a auto-regulação.

Landry e colaboradores (2006) retiram da perspectiva da vinculação a ideia central de que as características dos cuidados prestados ao bebé estabelecem o fundamento para o desenvolvimento, permitindo que se sinta seguro e confiante em relação à capacidade da mãe satisfazer as suas necessidades. A *resposta contingente* e o *suporte emocional positivo*, surgem como elementos capazes de suscitar na criança esta segurança e confiança, sendo portanto, duas características de uma mãe responsiva, emergentes da perspectiva da vinculação (Landry et al., 2006).

A responsividade contingente pressupõe a existência de respostas maternas prontas e adequadas às necessidades e pedidos da criança. Trata-se de apoiar a criança na sua auto-regulação, permitindo a exploração autónoma do ambiente. A responsividade contingente é o processo pelo qual a criança e mãe se colocam ao mesmo nível, estando sensíveis aos sinais e pedidos de cada uma. Nas palavras de Bornstein e Tamis-LeMonda (1989), a responsividade materna suscita na criança o sentimento de que as suas necessidades são previsivelmente satisfeitas. Este processo pressupõe um clima relacional positivo em que acções marcadamente restritivas estão ausentes do padrão de comportamento materno. Assim, aspectos como a ausência de intrusão física e o tom de voz adequado são elementos de uma responsividade contingente adaptativa do ponto de vista do desenvolvimento da criança (Landry, et al., 1997).

Um outro componente da responsividade que tem por fundamento a teoria da vinculação refere-se ao suporte emocional positivo (Landry et al., 2006). A presença de estímulos de afecto positivo e ausência de comportamentos que demonstrem afectos negativos (ex.: tom de voz ríspido e intrusão física) podem suscitar na criança sentimentos de interesse e aceitação por parte da figura materna. “Calor” afectivo, a aceitação das necessidades da criança, expressão facial afável e calorosa onde seja manifesta a presença de sorrisos, gargalhadas e outras demonstrações de divertimento e prazer na interacção com a criança, constituem indicadores de suporte emocional positivo por parte da mãe (Landry, et al., 1997).

Em suma, responsividade contingente e suporte emocional são encarados como dois factores centrais no desenvolvimento social da criança, uma vez que a tornam mais disponível para a interacção parental e lhe conferem um papel activo na compreensão e tomada de iniciativas sociais (Landry et al., 2006).

Perspectiva Socio-cultural e responsividade

Para Vygotsky (1981) *“qualquer função no desenvolvimento da criança aparece duas vezes, ou em dois planos. Primeiro, no plano social, e depois no psicológico. As relações sociais ou as relações entre as pessoas estão subjacentes a todas as funções mais complexas e às suas interacções”*. Dito de outra forma, funções intelectuais superiores – por exemplo a linguagem – são socialmente formadas e culturalmente transmitidas (Wertsch & Stone, 1985). Nesta perspectiva, o adulto e em especial a figura materna desempenha o papel de um agente verdadeiramente “metacognitivo”, uma vez que o desenvolvimento de novos processos cognitivos está directamente ligado ao tipo de interacção social em que a criança está envolvida (McLane, 1987).

Todas as aprendizagens e em especial aquelas que mais precocemente o bebé deve realizar, ocorrem porque existe um contexto social que as privilegia e suporta. Desta forma, uma mãe responsiva deverá encorajar a independência da criança na exploração do seu ambiente, apoiando sensivelmente a aquisição das várias capacidades emergentes (Landry, et al., 1997). Também no âmbito da linguagem, a qualidade da interacção materna desempenha um importante papel, nomeadamente no que respeita à expansão e enriquecimento do vocabulário e das estratégias de comunicação verbal. Uma linguagem materna responsiva permitirá que a criança enriqueça o seu repertório linguístico e que adquira um maior número de competências linguísticas (Landry, et al., 1997). Isto é possível pela utilização recorrente de estratégias adequadas à criança, tais como, nomeações e descrições de objectos e acções, estabelecimento de relações de causa e efeito, organização e estruturação de actividades conjuntamente com a criança, entre outras.

Uma outra dimensão relevante do comportamento materno responsivo refere-se ao suporte do foco de atenção da criança. Para compensar as suas ainda reduzidas capacidades de atenção, a criança necessita por parte da mãe de um conjunto de estratégias que suportem a sua permanência nas actividades (Landry et al., 1997). O suporte do foco de atenção da criança, ao contrário do redireccionamento, surge como um aspecto a estar presente no comportamento materno responsivo. O

ponto de vista sócio-cultural sublinha o papel das estratégias de manutenção da atenção ao nível do suporte das aprendizagens. Tais estratégias são determinantes sobretudo, em crianças cujas competências de atenção não estão ainda desenvolvidas e sobre as quais frequentes redireccionamentos da actividade se mostram ineficazes do ponto de vista da aprendizagem (Tomasello & Farrar, 1986). Tal como no caso da responsividade contingente, o suporte para a manutenção da tarefa requer da mãe a cuidadosa monitorização e resposta aos sinais da criança. Porém, no caso do suporte da atenção, o foco está nos sinais relacionados com os objectos e actividades da criança, sendo necessário que a mãe perceba qual o nível óptimo até ao qual se deve prolongar uma actividade. O contacto ocular, verbalizações encorajadoras e expansões de actividade são exemplos de comportamentos maternos que poderão privilegiar a manutenção da atenção da criança.

Ao estabelecer um ponto de interesse comum, a mãe permite mais facilmente que a criança alterne o foco de atenção entre o objecto de interesse e a própria mãe, sendo possível estabelecerem-se verbalizações entre ambas acerca da actividade que está a decorrer. Interagindo no sentido de manter o interesse da criança em determinada actividade, a mãe está já a adoptar um comportamento responsivo, influenciando um largo espectro de competências (Landry, Smith, Swank & Loncar, 2000). Esta manutenção na actividade tem um efeito muito positivo na transição para maior independência ao nível das competências de comunicação verbal da criança (Tomasello, 1988).

Outro contributo teórico estruturante para a concepção de responsividade de Landry e colaboradores reside na perspectiva de Eleanor Maccoby acerca do papel da família na socialização da criança (Landry et. al., 1997). Maccoby defende que um estilo parental que visa promover a aquisição das competências cognitivas e sociais deve possibilitar à criança um relativo grau de controlo sobre as suas actividades (Maccoby, 1992). Assim, crianças que vêm valorizadas e apoiadas as suas iniciativas nos padrões de interacção parental, mais facilmente adquirem a sensação de que controlam o seu ambiente, podendo, desta forma, iniciar acções de exploração. Desta forma, um comportamento responsivo preconiza acções parentais que vão no sentido de passar para a criança a função de escolha e condução das actividades. A diminuição de comportamentos maternos directivos em relação ao que a criança deve e como deve fazer mostra-se bastante positiva, sobretudo em crianças já capazes de conduzir e explorar actividades de uma forma relativamente autónoma (Landry et al., 2006). Dar oportunidades de condução da actividade à criança permite que ela adquira posturas cada vez mais cooperantes nas actividades, assim como uma crescente independência ao nível da resolução de problemas (Maccoby & Martin, 1983).

O que é a responsividade materna?

O conceito de responsividade exposto por Landry e colaboradores implica, pois, a integração de duas perspectivas teóricas – a teoria da vinculação, no plano afectivo, e a teoria da aprendizagem sociocultural, no plano cognitivo e intelectual (Landry et al., 2006). Landry, Smith, Miller-Loncar e Swank (1997) entendem a responsividade materna como um fenómeno complexo e multidimensional, sendo definida como a medida em que a mãe responde às várias necessidades da criança, apresentando esse

processo uma natureza bidireccional que pressupõe relações mútuas entre as duas partes (mãe e criança).

Tendo por base esta definição, os trabalhos destes autores foram desenvolvidos tendo em vista a compreensão dos mecanismos implicados no impacto da responsividade materna ao nível do desenvolvimento da criança e o estabelecimento de eventuais relações causais entre responsividade e o desenvolvimento da criança (Landry et al., 1997).

Quais as principais componentes da responsividade?

Apesar de inicialmente Landry e colaboradores (1997) sugerirem a existência de três grandes dimensões da responsividade (*Ausência de Restrição, Manutenção da Atenção Calor afectivo*), trabalhos posteriores vieram fundamentar empiricamente a existência de 4 factores inerentes a um comportamento responsivo (Landry, Smith e Swank 2006). São eles *Responsividade Contingente, Suporte emocional e afectivo, Suporte para a manutenção da atenção da criança e "Inputs" de linguagem de suporte ao desenvolvimento*.

Estes factores apresentam uma grande estabilidade em termos de variação temporal e contextual da situação de interacção. Por outras palavras, mães responsivas em idades precoces da criança tendem a manter esse padrão ao longo das diferentes idades da criança e nos vários contextos de interacção (ex.: actividades de rotina e actividade lúdica) (Landry et al., 2006).

Foram encontradas correlações significativas entre estes 4 factores o que reforça a multidimensionalidade do conceito de responsividade (Landry et al., 2006). Tendo isto por base, a responsividade deverá ser entendida como um conceito multidimensional que compreende a forma contingente como a mãe responde à criança e lhe dá o suporte afectivo e cognitivo necessários ao seu desenvolvimento.

Qual a importância desenvolvimental da responsividade materna?

O comportamento materno responsivo desempenha um papel relevante no desenvolvimento de competências linguísticas, cognitivas, sociais e emocionais da criança (Landry, et al. 1997). Os resultados de Landry e colaboradores (1997, 1997, 2001, 2006) indicam que comportamentos maternos mais sensíveis, focados na criança, não controladores nem restritivos estão relacionados com maiores ganhos desenvolvimentais nas áreas atrás referidas. Desta forma, um maior apoio no momento em que as capacidades de atenção e organização da criança não estão ainda solidamente adquiridas é visto como a base de aprendizagens posteriores. Landry e colaboradores (1997), numa investigação envolvendo crianças submetidas a diferentes graus de risco biológico e cujas mães apresentaram diferentes padrões de responsividade, verificaram que a capacidade materna para responder sensivelmente à criança, se traduziu em ganhos desenvolvimentais consideráveis, que se verificavam ser ainda mais vinculados no caso de crianças em risco biológico elevado.

No mesmo estudo foi também possível perceber que as competências precoces da criança a nível social e cognitivo contribuem para o padrão de interacção que se estabelece entre a mãe e a criança.

Desta forma, crianças mais capazes de resolver problemas sociais e de usar apropriadamente comportamentos neste domínio apresentaram ganhos desenvolvimentais superiores, em parte devido ao facto de estas suas características tornarem a sua relação com a mãe mais “fácil” e rica em termos da estimulação que ela pode facultar.

Num trabalho mais recente, a mesma equipa (Landry, Smith, Swank, Assel & Vellet, 2001), comparou o impacto longitudinal da responsividade materna no desenvolvimento cognitivo, linguístico e social de crianças consideradas em risco (alto ou baixo risco biológico) e de crianças sem risco, avaliadas aos 6, 12, 24, 42 e 54 meses de idade. Globalmente, os resultados apontaram, nos vários grupos de risco, para melhores resultados em termos cognitivos e sociais nas crianças cujas mães apresentavam comportamentos consistentemente responsivos ao longo dos vários momentos de avaliação. Quando os padrões responsivos não eram consistentes ao longo do tempo, os resultados apontavam para uma desaceleração dos ganhos desenvolvimentais por volta dos 4 anos. Estes indicadores contribuem para reforçar a ideia de que um padrão materno responsivo em idades precoces não basta, por si só, para alcançar bons resultados desenvolvimentais (Landry et al., 2001) e para corroborar a importância de manter um padrão parental responsivo consistente ao longo do desenvolvimento da criança.

Quais as características de um padrão de interacção materna responsivo?

Determinados aspectos da responsividade materna podem ser mais ou menos apropriados em função das características da criança, isto é, o padrão de interacção adoptado pela mãe deve emparelhar o percurso desenvolvimental da criança e suas necessidades (Guttentag, Pedrosa-Josic, Landry, Smith & Swank, 2006). Landry e colaboradores (1997), defendem que, em idades precoces (por volta do 6 meses), um padrão de interacção pouco directivo promove as bases para a independência da criança ao nível da exploração activa, mas pode não apoiar convenientemente a aquisição de competências cognitivas precoces. Inversamente, crianças cujas mães adoptam, nestas idades, padrões de interacção muito directivos, apresentam resultados positivos em termos das competências sociais e cognitivas/linguísticas na primeira infância (18 meses). No entanto, mais tarde, por volta dos 3 anos de idade, verifica-se que um padrão de interacção directivo idêntico pode ter um impacto negativo em termos do desenvolvimento social e cognitivo da criança (Landry et al., 2006).

Assim, um estilo materno moderadamente directivo em idades precoces da criança permite melhores resultados desenvolvimentais por volta dos 18 meses uma vez que as exigências cognitivas das crianças nesta idade requerem uma maior compreensão das acções sobre objectos e uso da linguagem, sendo o desempenho nestas áreas contrabalançado com uma interacção mais orientadora por parte da mãe (trata-se de uma fase de maior hetero-regulação). Este estilo materno mais directivo pode tornar-se negativo em idades posteriores quando as exigências cognitivas se tornam maiores e mais complexas, requerendo a criança uma maior independência nas suas actividades de exploração. Encorajar a criança, desde idades mais precoces, a tomar decisões e dirigir as suas aprendizagens poderá promover ganhos ao nível da sua capacidade de integração de informação, lançando os

fundamentos da autonomia da criança ao nível da resolução independente de problemas (Landry et al., 1997). No caso de crianças consideradas em situação de alto risco biológico, há evidência da associação entre um padrão de interacção mais directivo e uma maior organização do comportamento apesar de aos três anos ter sido demonstrado que este padrão directivo limita o desenvolvimento social da criança. Em suma, “exige-se” das mães um doseamento complexo da directividade necessária para suportar as aprendizagens precoces da criança, sem com isso comprometer o desenvolvimento de um comportamento social independente (Landry et al., 1997).

Quais os efeitos da intervenção sobre a responsividade materna?

Para responder a esta questão, Landry e colaboradores (2006) recorreram a uma amostra de 264 díades mães/crianças seleccionadas de acordo com o seu perfil médico, levantando a hipótese de que, ao intervir sobre os quatro aspectos da responsividade (*responsividade contingente, suporte emocional e afectivo, suporte para a manutenção da atenção da criança e “Inputs” de linguagem de suporte ao desenvolvimento*) se conseguiriam resultados positivos em termos de desenvolvimento da criança. O procedimento experimental consistiu em “submeter” a amostra a um programa de intervenção precoce (crianças com idades entre os 6 e os 10 meses) composto por 10 visitas domiciliárias semanais com a duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos cada (Landry et al., 2006). Nestas visitas foram utilizadas duas estratégias de intervenção distintas:

- “*Playing and Learning Strategies*” (PALS) – no caso do grupo experimental e onde a intervenção se focalizou sobre os 4 aspectos da responsividade materna;
- “*Developmental Assessment Scening*” (DAS) – no caso do grupo de controle, onde apenas se davam à mãe informações genéricas acerca de alguns aspectos do desenvolvimento da criança).

Os resultados demonstraram que, após a intervenção as mães do grupo experimental adoptaram padrões de interacção menos directivos e restritivos em relação às actividades da criança, adquirindo maiores competências ao nível da comunicação com a criança. Estas mudanças no padrão de interacção materna tiveram repercussões positivas ao nível do desenvolvimento da criança, sugerindo a existência de uma relação causal entre responsividade materna e o desenvolvimento da criança (Landry et al., 2006).

Este estudo também permitiu verificar que todos os grupos de crianças (alto, baixo e inexistente risco biológico) demonstraram ganhos significativos em termos de desenvolvimento. Curiosamente, verificou-se uma tendência para, no grupo de crianças em maior risco biológico, ocorrerem ganhos ainda mais pronunciados (Landry et al., 2006).

Algumas conclusões acerca da responsividade

Do que ficou dito, tudo leva a crer que existe suporte teórico e empírico que confirma a relevância de uma parentalidade responsiva ao nível da promoção do desenvolvimento da criança (Landry, Smith, Miller-Loncar & Swank, 1997; Landry, Smith, Miller-Loncar & Swank, 1997; Landry, Smith, Swank &

Loncar, 2000; Landry, Smith, Swank, Assel & Vellet, 2001; Landry, Smith & Swank, 2006). Dos trabalhos revistos salientam-se os seguintes pontos:

- Existe uma influência causal da responsividade materna no desenvolvimento da criança;
- Esta influência faz-se sentir em aspectos cognitivos, sociais e emocionais do desenvolvimento e é mediada pelos quatro factores centrais da responsividade;
- Estes factores são consistentes com os dois corpos teóricos subjacentes ao conceito de responsividade (Vinculação e Aprendizagem sócio-cultural);
- A concepção de responsividade como constructo multidimensional vai de encontro à necessidade de se adoptarem abordagens de avaliação e intervenção também elas multidimensionais.

A existência de instrumentos que possibilitem avaliar as características da responsividade mãe/criança é relevante no contexto português. É nesse sentido, que se apresenta de seguida um instrumento que visa avaliar a responsividade materna segundo a perspectiva de Landry e colaboradores (1997, 2001) e relativamente ao qual será iniciado, a breve prazo, um processo de adaptação e validação.

Avaliação da Responsividade: Grelha de observação e procedimento

O instrumento de avaliação da responsividade aqui apresentado assenta num protocolo de observação naturalista previamente filmada (Landry et al., 1997). Este registo prolonga-se por 15 minutos e incide numa de interacção naturalista entre a mãe e a criança em torno de um conjunto de 4 brinquedos previamente seleccionado. O papel do observador remete-se, essencialmente, à tarefa de filmagem que evitará, na medida do possível, intervir na interacção.

O material filmado é posteriormente alvo de uma análise, recorrendo a grelhas de cotação que têm por base as quatro componentes de responsividade já mencionadas - *responsividade contingente, suporte emocional e afectivo, suporte para a manutenção da atenção da criança* e *“Inputs” de linguagem de suporte ao desenvolvimento*. Cada filme será subdividido em fragmentos de 5 minutos (3x5 minutos em cada díade), que serão visionados e codificados recorrendo-se a uma grelha que operacionaliza os vários componentes de responsividade - *Responsividade Contingente, Suporte emocional e afectivo, Suporte para a manutenção da atenção da criança* e *“Inputs” de linguagem de suporte ao desenvolvimento* – através de um conjunto de escalas tipo likert (5 pontos) (Landry et al., 1998; Landry et al., 2001). As escalas em questão são as seguintes:

- *Manifestação de Afecto Positivo* – inclui sorrisos ou risos da mãe directamente dirigidos à criança ou à sua actividade;
- *Calor afectivo* – inclui a aceitação dos interesses e necessidades da criança por parte da mãe evidenciada por comportamentos como o discurso positivo, entusiasmo e afecto físico por parte da mãe;
- *Flexibilidade/Responsividade* – avalia a capacidade da mãe reconhecer os sinais da criança e responder-lhes de uma forma atempada e sensível;

- *Intrusão Física* – incide em comportamentos da mãe que revelam a invasão do espaço e actividades da criança durante o período de observação;
- *Negatividade* – reflecte a presença de um tom e linguagem negativas durante o período de observação;
- *Demonstração/ensino físico* – avalia qualquer acção física por parte da mãe sobre um brinquedo que ajuda a criança a compreender o seu uso funcional;
- *Conteúdo Verbal* – inclui a riqueza da linguagem usada pela mãe durante o período de observação.

Neste instrumento de avaliação da responsividade materna são utilizados dois tipos distintos de escalas. Um primeiro tipo de escalas em que as cotações mais elevadas se baseiam no facto da mãe e da criança se comportarem ou demonstrarem comportamentos que vão de encontro a um conjunto de critérios de cotação. Por exemplo, para ser atribuída a pontuação 5 (“elevado calor afectivo”) na escala “Calor Afectivo” devem ser observados todos os critérios listados (envolvimento, proximidade física, verbalizações positivas, entusiasmo, afecto físico, aceitação, alegria/prazer na interacção, encorajamentos e elogios, manipulação e reposicionamento sensíveis e estilo de interacção relaxado). Um segundo grande tipo de escalas baseia-se na proporção de tempo que a mãe realiza um determinado comportamento ou passa envolvida numa determinada actividades. Por exemplo, na escala de “Demonstração/ensino físico” só deverá ser atribuída uma pontuação máxima se a mãe mantiver ao longo de quase todo o período de observação, comportamentos de demonstração de cariz instrutiva e interactiva, orientada pela criança e com recurso a estratégias do tipo “mão sobre mão”.

Conclusão

Os estudos apresentados confirmam a importância central de uma parentalidade responsiva ao nível da promoção do desenvolvimento da criança, verificando-se a existência de relações de causalidade entre a responsividade e o desenvolvimento da criança (Landry et al., 1997, 1997, 2001, 2006).

Estas evidências fomentam a necessidade de instrumentos de avaliação da responsividade. Não obstante o interesse que as questões relacionadas com a responsividade apresentam ao nível estudo do desenvolvimento humano num sentido lato, não podemos deixar de encontrar especial interesse na sua aplicação ao plano da intervenção, sobretudo, no domínio da vitimação infantil. Se é certo que o fenómeno de maus-tratos resulta de uma conjugação complexa de factores ecológicos negativos, não é, no entanto, menos certo que esse fenómeno ocorre no seio de um padrão de interacções situadas ao nível do microssistema tal como Brofenbrenner (1998) o definiu. Em Portugal, numa altura em que a vitimação infantil é, recorrentemente, posta em “cima da mesa” e em que urge encontrar as práticas que melhor se adequam a esta problemática, pensamos que se justifica procurar disponibilizar instrumentos válidos para a detecção precoce do risco de maus tratos. Tais instrumentos possibilitaram intervenções, julgamos nós, mais adequadas e atempadas no domínio da promoção das competências parentais.

Bibliografia

- Abreu-Lima, I. (2003). *Cenários de educação e desenvolvimento: o meio familiar e seu impacto na educação e desenvolvimento da Criança*. Porto.
- Bates, J., Pettit, G., Dodge, K. & Ridge, B. (1998). 'Interaction of temperamental resistance to control and restrictive parenting in the development of externalizing behavior', *Developmental Psychology*, 34: 982-995.
- Barnard, K. (1997). 'Influencing parent-child interactions for children at risk', in: M. Guernalnick (eds), *The effectiveness of early intervention*, Baltimore: Paul H. Brookes, pp. 249-267.
- Bradley, R. (2002). 'Environment and Parenting', In: M. Bornstein (eds), *Handbook of Parenting*, Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 235-262.
- Belsky, J., Robins, E. & Gamble, W. (1984). 'The determinants of parental competence: Toward a contextual theory'. In: M. Lewis & L. Rosenblum (Eds), *Beyond the Dyad: Social Connections*, NY: Plenum, pp. 251-279.
- Bretherton, I. (1992). 'The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth', *Developmental Psychology*, 28: 759-775.
- Bornstein, M. & Tamis-LeMonda, C. (1989). 'Maternal responsiveness and cognitive development in children'. In: M. Bornstein (Eds), *Maternal responsiveness: Characteristics and consequences*, San Francisco: Jossey-Bass, pp. 49-61.
- Bornstein, M., Tamis-LeMonda, C., Tal, J., Ludemann, P., Toda, S., Rahn, C., Pecheux, M., Azuma, H. & Vardi, D. (1992). 'Maternal Responsiveness to Infants in Three Societies: The United States, France, and Japan', *Child Development*, 63: 808-821.
- Bornstein, M. & Tamis-Lemonda, C. (1997). 'Maternal responsiveness and infant mental abilities: Specific predictive relations', *Infant Behavior and Development*. 20: 283-296.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: parent-child attachment and healthy human development*. London: Basic Books.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by natural and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). 'Ecology of the family as a context for human development: research perspectives', *Development Psychology*. 22: 723-742.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). 'The ecology of developmental processes'. In W. Damon & R. Lerner (Eds), *Theoretical models of human development*, New York: Wiley, pp. 993-1029.
- Burchinal, M., Follmer, A. & Bryant, D. (1996). 'The relations of maternal social support and family structure with maternal responsiveness and child outcomes among African American families', *Developmental Psychology*, 32: 1073-1083.

- Dunst, C., Trivette, C. & Deal, A. (1988). *Enabling and empowering families: principles and guidelines for practice*. Cambridge: Brookline Books.
- Garbarino, J. (1995). *Rising children in a socially toxic environment*. California: Jossey-Bass Inc.
- Guttentag, C., Pedrosa-Josic, C., Landry, S., Smith, K. & Swank, P. (2006). 'Individual variability in parenting profiles and predictors of change: effects of an intervention with disadvantaged mothers', *Journal of applied developmental psychology*, 27: 349-369.
- Landry, S., Smith, K., Miller-Loncar, C. & Swank, P. (1997). 'Responsiveness and initiative: Two aspects of social competence', *Infant Behavior and Development*, 20: 263-266.
- Landry, S., Smith, K., Miller-Loncar, C. & Swank, P. (1997). 'Predicting cognitive-linguistic and social growth curves from early maternal behaviors in children at varying degrees of biologic risk', *Developmental Psychology*, 33: 1-14.
- Landry, S., Smith, K., Miller-Loncar, C. & Swank, P. (1998), 'The Relation of Change in Maternal Interactive Styles to the Developing Social Competence of full-Term and Preterm Children'. *Child Development*, 69: 105-123.
- Landry, S., Smith, K., Swank, P. & Loncar, C. (2000). 'Early maternal and child influences on children's later independent cognitive and social functioning', *Child Development*, 71: 358-375.
- Landry, S., Smith, K., Swank, P., Assel, M. & Vellet, S. (2001). 'Does early responsive Parenting have a special importance for children's development or is consistency across early childhood necessary', *Developmental psychology*, 37, 387-403.
- Landry, S., Smith, K. & Swank, P. (2006). 'Responsive Parenting: Establishing Early Foundations for Social, Communication, and Independent Problem-Solving Skills', *Developmental Psychology*, 42: 627-642.
- Lerner, R. (1998). *Theories of human development: Contemporary perspectives*, In W. Damon & M. Lerner (Eds), *Handbook of child psychology*, New York: J. Wiley, pp. 1-24.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). *Socialization in the context of the family: Parent-child interaction*, In P. Mussen & E. Hetherington (Eds), *Handbook of child psychology*, New York: Wiley, pp. 1 - 102.
- Maccoby, E. (1992). 'The role of parents in the socialization of children: an historical overview'. *Developmental psychology*, 28: 1006-1017.
- Martin, J. (1989). *Personal and interpersonal components of responsiveness*, In M. Bornstein (Eds), *Maternal responsiveness: Characteristics and consequences*, San Francisco: Jossey-Bass, pp. 5-14.
- McLane, J. (1987). *Interaction, Context, and the Zone of Proximal Development*, In M. Hickmann (Eds), *Social and Functional Approaches to Language and Thought*. San Diego: Academic Press.
- McLoyd, V. C. (1998). 'Socioeconomic disadvantage and child development', *American Psychologist*, 53: 185-204.
- Osofsky, J. & Thompson, D. (2000). *Adaptive and maladaptive parenting*, In J. Shonkoff & S. Meisels (Eds), *Handbook of Early Childhood Intervention*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 54-75.
- Ribas, A., Moura, M. & Ribas, R. (2003). 'Responsividade Materna: Levantamento Bibliográfico e Discussão Conceitual', *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16: 137-145.

Owens, E., Shaw, S. & Vondra, J. (1998). 'Relations between infant irritability and maternal responsiveness in low-income families', *Infant Behavior and Development*, 21: 761-777.

Sameroff, A. & Fiese, B. (2000). Transactional Regulation: The Developmental ecology of early intervention. In J. Shonkoff, & S. Meisels (Eds), *Handbook of early childhood intervention*, Cambridge: Cambridge University Press, pp 135-150.

Tamis-LeMonda, C., Bornstein, M. & Baumwell, L. (2001). 'Maternal Responsiveness and Children's Achievement of Language Milestones', *Child Development*, 72: 748-767.

Tomasello, M. & Farrar, J. (1986). 'Joint attention and early language', *Child Development*, 57: 1454-1463.

Tomasello, M. (1988). 'The role of joint attention in early language development', *Language Sciences*, 11: 69-88.

Vygotsky, L. (1981). The genesis of higher mental functions. In J. Wertsch (Eds), *The concept of activity in soviet psychology*. New York: M.E. Sharpe, pp. 144-188.

Wakschlag, L. & Hans, S. (1999). 'Relation of maternal responsiveness during infancy to the development of behaviour problems in high-risk youths', *Developmental Psychology*, 35: 569-579.

Wertsch, J. & Stone, C. (1985). The concept of internalization in Vygotsky's account of the genesis of higher mental functions. In: J. Wertsch (Eds), *Culture communication and cognition: Vygotskian perspectives*. New York: Cambridge University Press, pp. 162-182.